

Experiência interessante

Raul Pilla

(Deputado pelo Partido Libertador) 24.9.46

(Para os Diários Associados)

Estou acompanhado com especial atenção uma das mais interessantes experiências no campo da política positiva: a constituição de um governo de concentração nacional em pleno regime presidencial.

Longos meses faz que se vem arrastando a tentativa e, se ela ainda não foi abandonada e, pelo contrario, se diz vai entrar agora na fase decisiva deve-se principalmente ao persistente desejo do sr. presidente da Republica e à pertinacia do illustre presidente da União Democrática Nacional, que, plenamente consciente da gravidade da situação nacional, não abandonará o campo, senão depois de perdidas todas as esperanças.

Sou dos que pouco acreditam no bom êxito do patriótico tentame. Não porque duvide da sinceridade dos seus illustres promotores, mas porque inumeras e graves são as dificuldades que se lhes antepõem.

A primeira delas parece-me residir na diversidade dos objetivos colimados com o intentado acordo. O sr. presidente da Republica deseja, sobretudo, achar o seu ingreme caminho, afastando os incômodos de uma opposição parlamentar numerosa e aguerrida, mas sem compartilhar verdadeiramente com ela as responsabilidades da situação; enquanto, por seu lado, a opposição, pleiteando encargos, e não cargos, põe evidentemente a questão em outros termos.

Que pode significar, com efeito, aceitar encargos, em vez de cargos? Que não se visa tanto partilhar posições, como participar de responsabilidades. E que o governo deve ser obra comum, não só pela conveniente distribuição dos seus postos, mas também pela orientação e pelo programa, concordemente estabelecidos. Nenhum partido digno deste nome poderia exigir menos.

Esta é a primeira dificuldade, dificuldade substancial e, por isto mesmo, mais grave. Em verdade, não é a mesma coisa o que pretendem as duas partes. Se o fôra, há muito estaria realizada a chamada coalizão, porque, ou o sr. presidente da Republica teria formulado claramente as bases do acordo, ou a opposição se haveria contentado com os cargos, em vez de buscar encargos.

A segunda dificuldade é de natureza formal. Consiste no mal-aventurado regime político que temos praticado e voltamos a adotar. Ainda quando perfeito fosse o acordo quanto aos objetivos, pouco facil seria formalizá-lo, por causa das deformações mentais produzidas pelo regime.

Teoricamente é o presidencialismo não só o sistema da separação dos poderes, mas também o do governo pessoal, pois, como na antiga monarchia absoluta ou simplesmente representativa, não passam os ministros de meros secretarios pessoais do presidente. Nos Estados Unidos, paradigma que tanto gostamos de citar, esta concepção já foi ultrapassada e o governo está tomando, aos poucos, uma feição coletiva, embora grandes continuem as prerrogativas do presidente; mas no Brasil e nas demais republicas latino-americanas, onde a inclinação natural parece ser para o despostismo, e não para a democracia, timbra-se em reduzir a importancia e a dignidade dos ministros para que melhor avulte a quase soberania do supremo magistrado.

Se este é o sistema, e se tais são as aberrações que ele produz, poder-se-á acreditar seriamente num governo de concentração nacional? Poderá dar-se verdadeira colaboração de partidos no governo, quando a coordenação se faz em torno de uma pessoa, em vez de operar-se mediante um programa de ação?

Poder, poderia. Mas, para tanto, preciso fôra que a tradição que paralisa e a letra que mata fossem ultrapassadas pelo espirito que vivifica. Mister seria que o sr. presidente da Republica se pusesse acima das contingencias do cargo, tal como tem sido concebido até hoje, a fim de realizar um governo verdadeiramente impessoal e, portanto nacional.

Não é o caso, infelizmente. Dá impressão o sr. presidente da Republica de pessoa animada de um nobre desejo, mas não tocada de poderosa inspiração. Avança, recua, tateia e continua presa dos mesmos interesses e preconceitos que o imobilizam. Dados os seus enormes poderes, é um gigante; mas é gigante acorrentado.

Típico é, por exemplo, o seu comportamento quanto ao partido majoritário. São, na realidade, dois partidos justapostos, um que aceita e outro que recusa o governo de concentração. Natural seria que, desprezando a ultima, se apoiasse o presidente na primeira corrente e nos demais partidos convocados à colaboração, os quais lhe garantiriam, no conjunto, sufficiente apoio parlamentar. Por que não procede assim e, pelo contrario, transige, cede, a fim de preservar a unidade formal do partido majoritário? Evidentemente, porque, de acordo com a concepção estritamente presidencialista que o possui, requer o sr. presidente da Republica não uma maioria multi-partidaria, mas um partido seu, pessoal, que mais do que dar-lhe apoio parlamentar, lhe seja um docil instrumento de mando.

E' tal deformação mental o que está, sobretudo, dificultando o tão falado governo de concentração nacional e tão interessante está tornando a experiencia.